

Observação participante: 7

perspectivas e prática

Vivemos em uma época que tem sido caracterizada de várias maneiras: sociedade pós-fordista, pós-moderna, global, neocapitalista, consumista, de risco e da informação – para nomear apenas algumas. É claro, a questão é a extensão em que essas são representações precisas das condições contemporâneas, como elas manifestam-se nas nossas vidas cotidianas e com que conseqüências para o modo como convivemos. Isso pressupõe que pensamos sobre a nossa capacidade de representar aspectos dessas realidades. Entretanto, Jean Baudrillard, um intelectual pós-moderno francês, desafia a idéia de que a realidade possa ser refletida através de instrumentos de pesquisa. Para ele, as idéias do mundo estão agora tão saturadas pelas imagens da mídia que a diferença entre a realidade e as suas representações entraram em colapso: “Tendemos a esquecer que a nossa realidade... foi engolida pela mídia” (Baudrillard, citado em Gane, 1993, p.160). Não podemos mais diferenciar entre a aparência e a realidade. Os anúncios convencem-nos a consumir bens empregando mídias visuais que, com frequência, não tem absolutamente nada a ver com o produto em termos das necessidades que ele poderia satisfazer. Pelo contrário, procuram criar desejos e, assim, nos rendemos para as imagens que consumimos.

Essas idéias não foram recebidas sem ceticismo (Rojek e Turner, 1993; O’Neill, 1995; May, 1996; Smith, 1999; Bourdieu, 2000; Goldthorpe, 2000). Examinando o trabalho de Baudrillard, Zygmunt Bauman conclui com uma recomendação para ele: “Um filósofo e um analista da sua época sai e usa os seus pés repetidas vezes. Perambular ainda tem a sua utilidade” (Bauman, 1992, p.155). “Perambular” nesse sentido é escutar, observar e experimentar e expor teorias e biografias para situações e relações sociais novas e não-familiares, com vistas a ampliar o entendimento delas. Isso é preci-

samente o que o historiador Raphael Samuel fez nas suas brilhantes reflexões sobre viver a história. Nas suas notas de rodapé, tem-se uma noção da origem das suas idéias quando ele refere-se às “notas sobre uma perambulção” (Samuel, 1994, p.117).

A utilização da observação e as idéias sobre as quais ela se baseia são o objeto desse capítulo. Primeiro, ele introduz as idéias e o lugar da observação participante na pesquisa social. Segundo, ele examina o processo de condução de pesquisas utilizando esse método. Terceiro, considera os métodos de análise de observações e, depois, passa para a discussão dos problemas associados com esse método de pesquisa. Por fim, e partindo dessa discussão, há uma breve seção sobre as pesquisas de estudo de caso em cuja prática a observação participante pode ser um dos métodos.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E PESQUISA SOCIAL

A observação participante tem uma história totalmente distinta da abordagem de pesquisa do positivismo (ou centrada em variáveis). Embora as suas origens possam ser buscadas na antropologia social, foi a Escola de Chicago de pesquisa social, particularmente Robert Park, que encorajou os estudantes a estudar, pela observação, os fenômenos sociais em contextos mudanças da Chicago dos anos de 1920 e de 1930. Isso levou a um amplo corpo de pesquisa sobre áreas como o crime e a delinquência, as relações raciais e o urbanismo (veja Bulmer, 1984a; Kurtz, 1984). Entretanto, deve ser observado que as distinções que agora são feitas entre pesquisa quantitativa e qualitativa em relação à observação participante não eram intrínsecas à Escola de Chicago na época (Platt, 1996).

A Escola de Chicago e a observação participante

As metas da observação participante, assim como a sua história, são diferentes do que é em geral denominado positivismo: por exemplo, o planejamento de questionários envolve o pesquisador no desenvolvimento de idéias e na testagem ou exploração das mesmas utilizando perguntas. Os críticos argumentam que os pesquisadores que empregam esse método supõem que já sabem o que é importante. Por outro lado, é dito que a observação participante não faz suposições firmes sobre o que é importante. Em contraste, o método encoraja os pesquisadores a mergulharem nas atividades do dia-a-dia das pessoas as quais eles tentam entender. Diferentemente da testagem de idéias (dedução), elas podem ser desenvolvidas a partir das observações

(indução). Dito isso, há aqueles que combinam os métodos nas suas buscas de entendimento e explicação. Como William Foot Whyte afirma ao refletir sobre as suas práticas de pesquisa:

Desde 1948, trabalhando com estudantes em *surveys*, vim a reconhecer que, embora o método tivesse limitações, também tinha pontos fortes importantes. Muitos anos depois, durante o nosso programa de pesquisa no Peru, fiquei convencido não apenas da importância de integrar as *surveys* com os métodos antropológicos, mas também que o estudo da história local poderia enriquecer o nosso conhecimento. (Whyte, 1984, p.20)

Na tradição de pesquisa de Chicago, testemunhamos uma fusão de duas tradições intelectuais. Primeiro, há a tradição do *pragmatismo* da obra de filósofos americanos como William James, Charles Peirce, John Dewey e George Mead. Nessa tradição, é enfatizado que a vida social não é fixa, mas dinâmica e mutável. Nas palavras de Paul Rock (1979), ela é “incrédula” e “progressiva”. Portanto, se as vidas sociais das pessoas estão mudando constantemente, devemos nos tornar parte delas para entender como mudam; devemos participar delas e registrar as nossas experiências dessas transformações, os seus efeitos sobre as pessoas, assim como as suas interpretações. O conhecimento do mundo social não vem das nossas proposições de lógica sobre as quais o teórico desce ao mundo para testar. O conhecimento vem da experiência e da realização de investigações detalhadas e meticolosas através das quais geramos os nossos entendimentos. Os profissionais esquivam-se do que é conhecido como o *a priori* (uma proposição que pode ser conhecida como falsa ou verdadeira sem referência à experiência), preferindo o *a posteriori* (conhecer como as coisas são por referência a como elas têm sido ou estão):

Eles tentam fazer a sua pesquisa significativa teoricamente, mas supõem que não sabem o bastante sobre a organização *a priori* para identificar os problemas e hipóteses relevantes e que devem descobrir estes no curso da pesquisa. (Becker, 1979a, p.312)

Esse não é um pressuposto das entrevistas, na medida em que, se é pedido que alguém faça um relato, o pesquisador não considera necessário ter vivenciado pessoalmente o evento ou relacionamento ao qual se faz referência para analisá-lo ou entendê-lo. Do mesmo modo, aqueles pesquisadores que podem empregar pressupostos positivistas, por exemplo na utilização de questionários, não estão mergulhando no mundo social no qual as pessoas estão vivenciando, percebendo e agindo diligentemente de acordo com as suas interpretações daquele mundo. Em vez disso, é importante par-

tipicar nas relações sociais e procurar entender as ações no contexto de uma situação observada. Por quê? Porque é argumentado que as pessoas agem e dão sentido ao seu mundo se apropriando de significados a partir do seu ambiente. Assim, os pesquisadores devem tornar-se parte daquele ambiente, pois somente então podem entender as ações daqueles que ocupam e produzem as culturas, definidas como os aspectos simbólicos e aprendidos do comportamento humano, os quais incluem os costumes e a linguagem. É argumentado que essa técnica tem menos tendência a levar os pesquisadores a impor a sua própria realidade sobre o mundo social que procuram entender.

A segunda vertente que informa a tradição da Escola de Chicago é conhecida como *formalismo*. Embora as relações sociais possam diferenciar-se umas das outras, elas tomam formas que apresentam semelhanças. Dessa maneira, não falamos simplesmente sobre uma situação ou grupo como sendo “único”, mas perguntamos a extensão na qual eles apresentam semelhanças ou são típicos de outros grupos ou situações. O foco da investigação social é sobre as interações das pessoas nas situações sociais, não os indivíduos como tais. Um defensor dessa idéia, Georg Simmel, argumentava que

para descobrir e elucidar os aspectos gerais da interação humana... o investigador deve proceder, como em todas as outras ciências, com base na abstração metódica. Para Simmel, isso constitui a separação entre a forma e o conteúdo das interações sociais, as formas pelas quais os indivíduos e grupos de indivíduos vêm a ser membros da sociedade. (Frisby, 1984, p.61)

Como perspectiva, o formalismo também preocupa-se com as maneiras nas quais surgem formas de vida sociais e culturais particulares. Acompanhando o pragmatismo, é dito que elas vêm de preocupações práticas das vidas cotidianas das pessoas “mas que uma vez estabelecidas tomam vida própria” (Hammersley, 1990b, p.37). Essas formas podem, de fato, entrar em conflito umas com as outras, mas a tarefa do pesquisador é entender como evoluem. Não é surpreendente que Robert Park, um aluno de Simmel, encorajasse os seus alunos a “perambular”; perambular para entender o fluxo da vida social no qual o eu do indivíduo também está sujeito à mudança. Antecipando o que iria se tornar um aparente *insight* nas descrições pós-modernistas do sujeito individual, ele escreveu:

o eu empírico está sempre mudando e nunca é auto-consistente. Isso significa que o indivíduo não pode ser visto como uma unidade básica; tanto a partir do ponto de vista supracitado como em termos dos sistemas de relacionamentos investigados pela sociologia, o indivíduo não constitui uma uniformidade permanente. (Park, 1972, p.29)

Essas vertentes de pensamento também combinam-se com a idéia do *naturalismo*, o qual “propõe que, na medida do possível, o mundo social deveria ser estudado no seu ‘estado natural’ imperturbado pelo pesquisador” (Hammersley e Atkinson, 1995, p.6). Entretanto, isso não significa que as pessoas simplesmente reajam aos seus ambientes. De acordo com essa visão, influenciada por uma série de tradições teóricas e filosóficas, as pessoas estão interpretando e agindo diligentemente em um mundo social impregnado de significado. Assim, qualquer preocupação com a mudança e o processo deve tomar isso como ponto de partida:

Desejo sublinhar que qualquer linha de mudança social, uma vez que envolve mudança na ação humana, é mediada necessariamente pela interpretação por parte das pessoas apanhadas pela mudança – a mudança aparece na forma de situações novas nas quais as pessoas têm que construir novas formas de ação. (Blumer, 1972, p.191)

É argumentado que o comportamento de estar aberto para aprender está ausente em outras formas de pesquisa: por exemplo, um questionário faz perguntas em um momento específico. E uma “fotografia estática-causal” das atitudes; como e por que as pessoas mudam não é entendido. Na prática, os observadores registram as suas próprias experiências para entender os universos culturais que as pessoas ocupam. Portanto, a observação participante pode ser definida como:

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquela associação. (Lofland e Lofland, 1984, p.12)

Como é referido com frequência, a etnografia leva a um entendimento empático de uma cena social. Com o tempo, é dito que ela elimina os preconceitos que os pesquisadores possam ter e os expõe a um novo ambiente social que demanda o seu engajamento. Então, de acordo com uma visão, a teoria é gerada a partir dos dados (Glaser e Strauss, 1967). Glaser e Strauss propõem dois critérios com esse propósito. Primeiro, ela deveria ajustar-se aos dados e não ser imposta a eles. Segundo, ela deveria ser significativamente relevante para o comportamento sendo estudado. Conforme o pesquisador é exposto a cada cena social nova, isso atua como um controle de conclusões teóricas precipitadas (Silverman, 1985). Quanto mais variadas as cenas de interação que são vistas e as circunstâncias experienciadas, mais se pode entender as ações nos contextos sociais.

Turvando as águas

A tradição acima teve um impacto considerável sobre os objetivos e métodos da observação participante, e, por essa razão, eu incluí uma visão geral da sua história. Entretanto, como insisti-se durante todo esse livro, as perspectivas não ditam, mas informam os métodos, e perspectivas diferentes utilizam freqüentemente os mesmos métodos ou uma combinação deles. Com muita freqüência, representações grosseiras de vários métodos observados em um juízo mais preciso sobre seus pontos fortes e limitações. A observação participante não é diferente a esse respeito, e nenhuma visão geral do seu lugar na pesquisa social pode deixar de reconhecer esse estado de coisas.

Encontramos uma série de dicotomias na pesquisa social, as quais, examinadas mais de perto, tendem a parecer menos distintas do que a postura doutrinária que grande parte da literatura sugeriria. Aqui, em particular, estou pensando nas distinções feitas entre a pesquisa social quantitativa e qualitativa, a teoria e o fato e as idéias modernas e pós-modernas. Na literatura, com freqüência, essas diferenças são presumidas antes de serem submetidas aos rigores de um exame sistemático. Embora os métodos que utilizamos venham a influenciar a natureza dos dados que produzimos, vale a pena notar que as “diferenças entre as duas abordagens estão localizadas na ênfase, no foco e na forma geral do estudo” (Van Maanen, 1979, p.520).

Com freqüência, os pesquisadores qualitativos recorrem à linguagem da quantificação no seu trabalho, e, embora se considere que as *surveys* abranjam perguntas de significado, primeiro elas devem entender as estruturas de referência das pessoas e, por essa razão, ter uma dimensão qualitativa no seu delineamento e interpretação. Em outras palavras, há um componente etnográfico central para o sucesso do trabalho de *survey*, enquanto podem aparecer, de modo equivalente, números na representação de estudos etnográficos.

Combinar imaginativamente o trabalho dessa maneira pode captar compreensões que foram derivadas da teoria da complexidade e das suas implicações para a ciência social (veja Byrne, 1998). Uma delas é a “emergência”:

A emergência acontece quando as interações entre os objetos em um nível dão surgimento a tipos diferentes de objetos em outro nível. Mais precisamente, um fenômeno é emergente se requer categorias novas para descrevê-lo, as quais não são requeridas para descrever o comportamento dos componentes subjacentes. Por exemplo, a temperatura é uma propriedade emergente do movimento dos átomos. Um átomo individual não tem temperatura, mas uma coleção deles sim. (Gilbert e Troitzsch, 1999, p.10)

Assim, descobrimos que um sistema abstrato de produção e troca (capitalismo) pode ser a propriedade emergente de interações rotineiras e cotidianas. Portanto, a observação participante pode ser um método apropriado para capturar a dinâmica das últimas, mas não do primeiro, em que podem ser requeridos diferentes métodos de investigação social para entender as propriedades emergentes e as suas interações na vida cotidiana.

A idéia de que há fatos que podemos reunir no mundo social também é bastante questionável, pois é a teoria que media as nossas interpretações. Como observei no Capítulo 2, os dados são produzidos, não coletados. Contudo, a ênfase da abordagem acima para a observação participante tem sido a indução e o naturalismo. Aqui, há uma tendência para assumir que os dados são coletados e, de algum modo, “ocorrem naturalmente” — sem serem mediados pelas preocupações teóricas e pela biografia do pesquisador — enquanto a teoria é derivada das observações.

Novamente, essas suposições foram submetidas a escrutínio e consideradas insuficientes (Hammersley, 1992). Por essas razões, os pesquisadores influenciados por outras perspectivas empregaram o método da observação participante, e seria um erro ignorá-los e apresentar o método como se a sua prática refletisse uma perspectiva unificada (Stanley, 1990c). Entretanto, dois aspectos certamente diferenciam-no da pesquisa de orientação positivista. Primeiro, o objeto de estudo das ciências sociais difere das ciências naturais, e, segundo, para ajudar a entender a realidade social, devemos experimentar diretamente essa realidade (Bryman, 1988a, p.52).

Paul Willis (1977) utilizou o método da observação participante na tradição realista. Passando algum tempo com um grupo de rapazes, ele mapeou a progressão deles da escola para o trabalho. A partir das suas observações sobre as vidas cotidianas deles, ele derivou uma teoria que defendia que as relações capitalistas estruturavam não apenas as suas ações, mas também as suas expectativas. Entretanto, isso não supunha que os rapazes fossem simplesmente marionetes culturais. Pelo contrário, eles eram ativos na sua resistência às estruturas sociais opressivas não apenas entendendo, mas também questionando e zombando da autoridade dos professores. Além disso, seguindo o trabalho de Roy Bhaskar (1989), Sam Porter (1993, 2002) empregou um método etnográfico crítico realista para investigar o racismo nas relações entre médicos e enfermeiras. Dada a ênfase nos mecanismos sociais produtivos que subjazem a essas interações, ele permite a comparação de resultados com outras situações sociais desse tipo (Porter, 1993, p.607).

Os etnógrafos influenciados pelo marxismo estudaram os estilos de vida das Índias Ocidentais em Bristol (Pryce, 1986) e as culturas juvenis de modo mais geral (Jefferson, 1975). Cicourel (1976) trabalhou na tradição etnometodológica para mostrar como a justiça juvenil era o produto de

negociações entre as autoridades, os pais e os jovens. John Law (1994) empregou os *insights* pós-estruturalistas para lançar luz sobre o trabalho em um laboratório de pesquisa, Catherine Casey (1995) invoca idéias sobre o “pós-industrialismo” para considerar os efeitos das transformações nas culturas empresariais e a obra de Mary Patillo-McCoy (1999) é um exemplo contemporâneo de um trabalho brilhante e original derivado de uma longa tradição de estudos. Também há aqueles que conduziram estudos etnográficos na internet, os quais levantam questões específicas sobre a observação, o acesso, a validade e a confiabilidade nos ambientes virtuais (Lyman e Wakeford, 1999; Hine, 2000). Finalmente, as pesquisadoras feministas, de diferentes orientações teóricas, utilizaram métodos de observação para estudar mulheres que atuam em *surveys* quantitativas (Greed, 1990), as relações dentro dos restaurantes chineses (Kay, 1990), mulheres e classe social (S. Webb, 1990; Skeggs, 1997), a divisão por gênero de trabalho no setor do turismo (Adkins, 1995) e a formação de amizades entre meninas (Hey, 1997).

Agora, estou em condições de sumarizar os aspectos positivos desse método. Primeiro, é menos provável que ele leve os pesquisadores a impor a sua própria realidade sobre o mundo social que eles buscam entender. Segundo, o processo de entendimento da ação é omitido em outras formas de pesquisa, e como e por que as pessoas mudam não é entendido. Terceiro, durante as entrevistas, podem se expressar diferenças culturais ou de linguagem. Nesse caso, os observadores podem registrar as suas próprias experiências para entenderem o universo cultural que as pessoas ocupam (experiências subjetivas) e transmitir essas observações para um público maior (a partir das anotações de campo) ao explicar os seus dados (estrutura teórica). O processo pelo qual estes são obtidos é o tema das seções seguintes.

A PRÁTICA DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Este é um método que os novatos na pesquisa social acham que podem aplicar com facilidade. À primeira vista, parece se tratar apenas de olhar, escutar, experienciar e escrever tudo, geralmente. Entretanto, é mais plausível argumentar que a observação participante é o método de pesquisa social cujas aplicação e análise são as mais exigentes e difíceis. Dependendo das metas do estudo e do relacionamento anterior dos pesquisadores com aqueles com quem trabalham, esse método requer que gastem uma grande quantidade de tempo em cercanias com as quais podem não estar familiarizados; estabelecer e manter relacionamentos com pessoas com as quais possam ter pouca afinidade pessoal; fazer numerosas anotações so-

bre o que normalmente pareceriam acontecimentos ordinários; possivelmente correr algum risco pessoal no campo, e, então, como se não bastasse, passar meses fazendo análises depois do trabalho de campo. Desse ponto de vista, vale apenas ter em mente que, quando o trabalho de campo pára, o trabalho em si continua. Não obstante, para aqueles que estão preparados e dispostos, é um dos métodos mais recompensadores, que gera compreensões fascinantes sobre os relacionamentos e as vidas sociais das pessoas e, de modo mais geral, ajuda a transpor a lacuna entre o entendimento dos estilos de vida alternativos das pessoas e os preconceitos com que a diferença e a diversidade defrontam-se com tanta frequência.

O papel do pesquisador

Os observadores participantes podem trabalhar em equipes, o que auxilia a aguçar os *insights* e a gerar idéias. Entretanto, com mais frequência, eles trabalham sós. No processo, testemunham a “racionalização reflexiva” da conduta: ou seja, a interpretação e a aplicação contínuas de novos conhecimentos pelas pessoas (incluindo eles mesmos) nos seus ambientes sociais como um processo permanente. O etnógrafo é o instrumento de coleta de dados (Brown, 1984). Os etnógrafos reúnem dados pela sua participação ativa no mundo social; eles entram em um universo social no qual as pessoas já estão interpretando e entendendo os seus ambientes. Isso pode envolver uma série de métodos diferentes:

Pode envolver reunir dados circulando intimamente entre as pessoas, às vezes literalmente “vivendo com elas” e observando as suas vidas cotidianas... Em outras formas de estudo, as entrevistadas em profundidade e as histórias de vida nunca poderiam ser obtidas simplesmente “ficando por aí” e “assistindo a ação”. Não raro, são misturados métodos diferentes. (Pearson, 1993, p.ix)

Adotar essa primeira forma de estudo não significa que os pesquisadores compreendam a situação como se ela não fosse “contaminada” pela sua presença social. Por essa razão, entre outras, o naturalismo, no seu sentido literal, é visto como “deseonesto” por negar os efeitos do pesquisador na cena social. Seguindo esse curso de ação, as descrições etnográficas são vistas como mitologias que “apresentam um relato de pesquisa supersimplista” (Stanley e Wise, 1993, p.161). Pelo contrário, a meta de entender é reforçada concretamente pela consideração de como eles são afetados pela cena social, o que acontece nela e como as pessoas, incluindo eles mesmos, atuam e interpretam nas suas situações sociais – daí o termo *observação participante*.

No "fazer" etnografia, o engajamento é utilizado vantajosamente. Além disso, fazer parte do mundo social que estudamos "não é uma questão de compromisso metodológico, é um fato existencial" (Hammersley e Atkinson, 1983, p.15). Nesse processo, os etnógrafos baseiam-se explicitamente nas suas próprias biografias no processo de pesquisa: por exemplo, terem sido pessoal e politicamente engajados em protestos como parte de um grupo, antes de decidirem voltar a atenção para a sua análise (veja Rose-neil, 1993). Assim, o nosso próprio equipamento cultural é utilizado com reflexão para entender a ação social em contexto.

A reflexividade é como o "mote" contemporâneo na pesquisa social, e, embora importante em termos metodológicos (Alvesson e Skoldberg, 2000), os seus usos concretos no mundo social requerem alguns esclarecimentos (May, 1998a, 1998b). Em termos das suas implicações para a etnografia, ela

Implica que as orientações dos pesquisadores serão formatadas pelas suas localizações históricas, incluindo os valores e interesses que as mesmas lhes conferem. O que isso representa é uma rejeição da idéia de que a pesquisa social é, ou pode ser, executada em alguma esfera autônoma que está isolada da sociedade mais ampla e da biografia particular do pesquisador. (Hammersley e Atkinson, 1995, p.16)

Dependendo da meta e da história da pesquisa, os papéis particulares que os pesquisadores adotam variarão, e isso, por sua vez, afetará os dados produzidos. Entretanto, podemos desejar adotar um papel particular, mas as circunstâncias não o permitem. Como as experiências de Buchanan e colaboradores (1988) sugerem, embora os pesquisadores organizacionais, colaboradores (1988) sugere, embora os pesquisadores organizacionais, por exemplo, devam ser "oportunistas" no seu campo de trabalho, se o possível e o desejável entrarem em conflito, o primeiro sempre vencerá! As razões por que não somos capazes de adotar um papel particular, embora frustrantes, também podem se tornar os tópicos da nossa pesquisa, pois podem nos dizer muito sobre a operação das relações e do poder social na situação em estudo.

No que agora se tornou um padrão de referência sobre os papéis no trabalho de campo (escrito originalmente em 1958), Gold (1969) identifica quatro papéis da pesquisa de campo que auxiliam no processo de análise das anotações. Sendo uma parte central do processo analítico uma consideração reflexiva das "relações entre o investigador e os participantes da pesquisa" (Gergen e Gergen, 1991, p.93) e os tipos de dados gerados subsequentemente.

O primeiro papel que Gold identifica é o *participante completo*. O pesquisador que emprega esse papel tenta engajar-se totalmente nas atividades

des do grupo ou organização em investigação. O seu papel também é oculto, pois as suas intenções não são explicitadas. Esse é o papel que Humphreys (1970) adotou no seu trabalho (discutido no Capítulo 3). Entre as suas vantagens, argumenta-se que produz informação mais precisa e um entendimento não disponível por outros meios (por exemplo, veja Festinger et al., 1956; Ditton, 1977; Rosenhan, 1982; L. Graham, 1995).

Segundo, há o *participante como observador*. Essa pessoa adota um papel público e torna a sua presença e intenções conhecidas para o grupo (por exemplo, veja Campbell, 1984; May, 1991; Watson, 1994). Nesse processo, ele tenta "formar uma série de relacionamentos com os sujeitos de modo que eles sirvam tanto como respondentes quanto como informantes" (Denzin, 1978a, p.188). A despeito das preocupações tradicionais com "estabelecer uma relação amigável" ou o que é chamado "tornar-se nativo", e daí não ser "objetivo", para muitos pesquisadores que possuem as habilidades de entender, escutar e aprender, tais preocupações não trariam problemas e refletem uma visão particular da investigação científica que já teria sido submetida a escrutínio e considerada insuficiente.

Com frequência, esse papel significa tornar-se um "fã" (Van Maanen, 1978) que deseja conhecer e entender mais sobre as pessoas na situação. Entretanto, não significa tentar agir como alguém do grupo estudado. Esse é particularmente o caso quando se trata de pesquisas sobre o crime e a delinquência. Polsky coloca isso vigorosamente: "ao fazer pesquisa de campo sobre criminosos é muitíssimo melhor não fingir ser 'um deles', pois eles testarão essa afirmação" (Polsky, 1985, p.117, grifo do original). Ao mesmo tempo, ainda é fundamental prestar atenção para o registro preciso dos eventos, e os problemas com este, ou com o papel anterior, que podem dizer respeito à memória do pesquisador. Esse particularmente é o caso em situações onde não é possível fazer anotações. No caso de pesquisas com gangues de motociclistas, por exemplo, dois autores falam das ameaças físicas que enfrentaram:

Mesmo comentários aparentemente insignificantes causaram problemas algumas vezes. Em Biloxi, certa vez, tínhamos combinado visitar um clube de motociclistas no final de uma tarde de sábado em 1986. Quando entramos na sala principal do prédio, duas mulheres pegaram quatro pistolas que estavam em uma mesa e dispararam para um quarto. (Hopper e Moore, 1990, p.369)

Terceiro, afastamos-nos da idéia de participação para construir, com o tempo, um entendimento de uma situação social para o papel de *observador como participante*. Falando estritamente, isso não seria considerado como observação participante:

O papel de observador-como-participante é utilizado em estudos envolvendo entrevistas de uma visita. Ele exige relativamente mais observação formal do que observação informal ou participação de qualquer tipo. (Gold, 1969, p.36)

Devido à falta de qualquer contato duradouro com as pessoas, Gold observa a possibilidade, nesse papel, de equívocos devidos a falta de familiaridade com a cultura e a linguagem empregada. É mais um contato entre estranhos que não utiliza os benefícios de tempo no campo e de chegar a entender as regras, papéis e relacionamentos nas situações observadas. Semelhantemente, o *observador completo* é um papel não-participante. Nesse final do espectro, o papel remove completamente o pesquisador das interações observadas e é epitomado por experiências de laboratório que envolvem simplesmente o registro mecânico do comportamento, por exemplo, através de visores de observação ocultos por espelhos.

Acesso

Se a observação participante envolve tornar-se parte de um grupo ou organização para entendê-los, então não é simplesmente o caso de “ficar por aí”. Tornar-se parte de uma cena social e participar nela requer que o pesquisador seja aceito em algum grau. Esse período de “inserção” em uma situação é importante tanto de forma analítica quanto pessoal. Aqueles aspectos da ação que são “estranhos” para o observador podem ser “familiares” para as pessoas que fazem parte do estudo. Entretanto, a forma como as pessoas gerenciam e interpretam as suas vidas cotidianas é uma condição importante para o entendimento de uma cena social. Nesse sentido, as experiências do observador são centrais. Quando vivenciamos uma cena nova, ela parece “estranha”. Fineman e Gabriel (1996) utilizaram isso recorrendo aos relatos de novatos em uma diversidade de organizações. Depois de algum tempo, ela torna-se mais familiar, e um foco legítimo para a observação participante é entender “como” as pessoas adquirem tal familiaridade:

Aprendemos o que podemos de antemão sobre esse território relativamente desconhecido, mas quando estamos lá, a primeira exigência é ganhar alguma familiaridade inicial com a cena local e estabelecer uma base social a partir da qual possamos continuar a nossa exploração até que sejamos capazes de estudar algumas partes daquele território sistematicamente. (Whyte, 1984, p.35)

Torna-se importante considerar o normal como não-familiar. Ademais, ao negociar o acesso a uma organização, por exemplo, o pesquisador deve estar ciente das relações de poder na situação. Como Severyn Bruyn observa:

Um observador participante que estuda uma organização social complexa deve estar ciente do fato de que a permissão de acesso a um nível da organização não assegura permissão a outros níveis. É muito importante que o pesquisador leve em conta os níveis de poder e de tomada de decisão existentes no grupo. (Bruyn, 1966, p.204)

Se a gerência é o seu nível de entrada em uma organização, isso poderia significar que outros membros dela venham a suspeitar das suas intenções. Afinal, eles podem considerar que você faz parte de uma estratégia de mudança promovida pela gerência. Nessas situações o pesquisador deve referir a essas questões. Entretanto, embora possam ser experienciadas suspeitas iniciais, é importante não considerar isso como falhas pessoais, pois pode ser uma reação compreensível por parte das pessoas na situação ou na organização. É claro, isso poderia bloquear a sua entrada, mas o acesso não é simplesmente um estágio, como muitos textos sugerem, através do qual um observador passa antes que sejam obtidos dados supostamente “não-contaminados” (May, 1993).

As reações iniciais à sua presença podem causar uma sensação de desconforto pessoal, mas dizem muito a você sobre as relações e preocupações das pessoas e deveriam ser registradas, e não simplesmente consideradas problemas ou falhas pessoais. Por exemplo, somente dois dias depois de começar a pesquisa sobre as mudanças em uma organização do setor público (May, 1991), fui questionado por duas pessoas que aparentemente suspeitavam das minhas intenções. As perguntas foram feitas de modo vigoroso e difícil de responder no momento. Contudo, aprendi com esse episódio. Aprendi que as suspeitas eram compreensíveis devido à atmosfera política-mmente carregada que cercava a mudança organizacional. Aprendi que a minha credibilidade como um pesquisador deveria ser uma questão central conforme eu passava por níveis diferentes na organização. O meu nível de entrada foi a gerência, e não ter atuado positivamente à luz das suspeitas iniciais teria significado, por omissão, levar essas suspeitas comigo. Aprendi também que as duas pessoas que fizeram as perguntas tinham interesses particulares nas mudanças em curso na organização, mas não os apresentavam abertamente, e, assim, em qualquer pesquisa associada a elas. Como Amanda Coffey aponta:

As anotações de campo que coletamos e escrevemos sempre incluíram aspectos pessoais. Elas descrevem lugares, pessoas e eventos. Também são utilizadas como espaço contextual para o registro das nossas emoções e experiências pessoais... as anotações de campo são o lugar contextual onde nós, pelo menos privadamente, reconhecemos a nossa presença e consciência. O eu é parte da realidade das anotações de campo. (Coffey, 1999, p.119-120, grifo do original)

Com frequência, na literatura sobre a prática da observação participante, as perguntas relativas ao acesso e à identidade do pesquisador como instrumento da produção de dados são consideradas como inconveniências metodológicas e/ou teóricas a serem superadas. Então, as experiências concretas deles no campo são reservadas para volumes separados (veja C. Bell e Newby, 1977; C. Bell e Roberts, 1984; Bryman, 1988b; Van Maanen, 1988; Roberts, 1990; D. Bell et al., 1993; Hobbs e May, 1993; Jupp et al., 2000; May, 2002). Pelo contrário, as experiências obtidas durante as negociações para acesso a um grupo ou organização, assim como as reflexões do pesquisador sobre a pesquisa em geral, são fundamentais para as metas de fortalecer o entendimento e a explicação das relações sociais.

Utilizando a flexibilidade

Uma das vantagens principais da observação participante é a sua flexibilidade:

Se você está na metade de uma *survey* e uma das perguntas não está funcionando, você fica preocupado: o que vai fazer? Você não pode mudá-la. Enquanto que, se hoje aprendo algo útil com a minha pesquisa de campo, a minha observação, amanhã posso sair e usá-lo. (Becker, citado em Mullan, 1987, p.120)

Trabalho de campo é um processo contínuo de reflexão e alteração do foco das observações de acordo com os desenvolvimentos analíticos. Ele permite aos pesquisadores presenciarem as ações das pessoas em situações diferentes e fazerem-se rotineiramente uma miríade de perguntas a respeito das motivações, crenças e ações. Eis algumas delas, para a sua reflexão, que poderiam preocupar qualquer um em campo: por que isso aconteceu e a quem? O que as pessoas fazem em geral nessa situação e por quê? O que aconteceria se as pessoas fizessem X? O que elas pensam sobre Y? Quais são as regras usuais da cena social? Como as regras são negociadas? Quais são as expressões verbais e não-verbais empregadas? Quem disse o que para quem e por quê? O que queriam dizer e como isso se relaciona com relacionamentos e ações particulares? Por que X não é feito? O que aconteceria se algo diferente acontecesse? Por fim, como o espaço físico relaciona-se à situação e às interações que nele ocorrem? (Adaptado de Lofland e Lofland, 1984).

Essas são apenas algumas das possíveis perguntas que os etnógrafos fariam rotineiramente durante o curso do trabalho de campo. Então, é possível enfocar a série seguinte de observações sobre as respostas a essas

perguntas e assim utilizar a flexibilidade do método. Ademais, a observação participante emprega a técnica de entrevista não-estruturada como uma parte rotineira da sua prática (veja Gerson e Horowitz, 2002). A comparação dos dados derivados desses dois métodos não é tida como incompatível. O oposto absoluto é o caso dessas comparações esclarecerem os entendimentos do pesquisador e fornecerem informações que simplesmente não estão disponíveis através da observação:

A observação guia-nos até algumas das perguntas importantes que queremos fazer aos respondentes, e as entrevistas ajudam-nos a interpretar a significação do que estamos observando. Seja através das entrevistas ou de outros meios de coleta de dados, precisamos colocar a cena observada no contexto, procurando as sanções positivas e negativas potenciais, as quais não são observáveis imediatamente mas podem ser importantes na formatação do comportamento. (Whyte, 1984, p.96)

As perguntas às quais nos voltamos são formuladas de acordo com a exposição à cena social ao longo do tempo e a observação das ações cotidianas das pessoas. Isso, junto com uma estrutura analítica explícita e as metas do estudo, capacitam-nos a focalizar as questões de pesquisa. Com esse propósito, Whyte utiliza o que ele denomina “teoria orientadora”, a qual “simplesmente nos diz nos termos mais gerais que dados sejam prováveis que precisemos no momento da análise” (Whyte, 1984, p.118). Os dados são coletados sob dois títulos (também mencionados no Capítulo 6 sob a análise): primeiro, a identificação das relações presentes naquele contexto social e, segundo, uma descrição dos eventos e situações que ocorreram. A observação e as anotações realizadas sob esses títulos, junto com quaisquer dados relevantes das entrevistas, fornecem uma compreensão rica dos eventos, processos e relações sociais. A produção e análise dos dados e a decisão sobre quando retirar-se do trabalho de campo podem acontecer juntos no que Glaser e Strauss (1967) referiram-se como “amostragem teórica” e “saturação teórica”. Esta última refere-se ao momento em que as observações não servem mais à pergunta ou modificam as teorias geradas a partir das observações anteriores, “saturando” a teoria de dados.

Anotações de campo

Com frequência, o “processo de articulação de dados”, como Lofland e Lofland (1984) o denominam, é visto como entediante, mas “se o pesquisador não tem nenhuma ligação emocional pessoal com as preocupações do projeto, a qualidade do mesmo (e mesmo a sua realização) pode

ser prejudicada" (Lofland e Lofland, 1984, p.47). Este baseia-se não apenas no compromisso, mas também na qualidade das observações, anotações de campo e capacidades analíticas do pesquisador. Em relação às anotações, há uma série de linhas de orientação que podem ser seguidas sobre as quais eu darei uma breve visão nessa seção, mas os pesquisadores variam nos seus métodos. Alguns preferem utilizar cadernos escolares com margens amplas no lado esquerdo. Essas margens permitem destacar observações particulares nas quais ele está interessado, fazer notas analíticas ou lembretes para investigar um evento ou relacionamento com mais profundidade. Elas também podem incluir notas para ler outros livros sobre um tópico ou tema que foi observado ou que surgiu das observações.

As anotações feitas dependerão do foco das suas interrogações. Como observado, a flexibilidade desse método é uma vantagem considerável, e será dependido algum tempo para a familiarização com a situação social e as pessoas envolvidas (e delas com o pesquisador). Após esse período inicial, tomar notas sobre quaisquer e todas as coisas que acontecem não apenas é impossível, mas também é indesejável; os seus interesses teóricos orientarão as suas observações, e elas, por sua vez, modificarão ou alterarão aqueles. Você também precisará minimizar o tempo entre as observações e o preenchimento das notas para manter uma memória vívida e, nos estágios iniciais da sua pesquisa, fazer uma descrição rápida dos eventos anotando aquelas perguntas para o etnógrafo já esboçadas e quaisquer outras que possam surgir ou que você deseje apontar.

Enquanto a natureza dos relacionamentos é anotada, é importante anotar a ordem e a situação nas quais os eventos desdobram-se, assim como as regras empregadas e as suas reflexões sobre os eventos observados (sendo as últimas na margem esquerda). Com o tempo, é construído um quadro de papéis, regras e relacionamentos entre as pessoas. Por exemplo, Bob Burgess (1990), no seu estudo de uma escola, passou de uma descrição geral para registros mais detalhados e focalizados sobre as posições dos professores na sala dos professores, e disto para um grupo mais amplo de pessoas "até que eu pudesse subdividir os grupos na sala de professores de acordo com as suas características principais" (Burgess, 1990, p.169).

É importante um sistema de anotação e preenchimento específico para as suas notas: por exemplo, palavras-chave para incitar a sua memória; marcas de citação diferentes para indicar citações parafraseadas e literais; arquivos sobre os indivíduos, tópicos e eventos; "memorandos" teóricos (veja Strauss, 1988) para si mesmo sobre a pesquisa; mais quaisquer dados complementares na forma de documentos ou literatura ou pesquisas anteriores sobre o tema. Qualquer que seja o método que você invente, o importante é a consistência e a acessibilidade.

Adequação subjetiva

Com frequência, ao fazer anotações, surge o sentimento de que o observador pode ter perdido alguma coisa ou estar sendo muito seletivo ou mesmo muito geral. A este respeito, Severyn Bruyn (1966) auxilia listando seis índices do que ele chama "adequação subjetiva" para reforçar o entendimento do pesquisador e assim a validade da pesquisa. São eles: o tempo, o lugar, as circunstâncias sociais, a linguagem, a intimidade e o consenso social. Como os estudiosos da validade e da pesquisa qualitativa observaram (Kirk e M. Miller, 1986), embora esse conceito tenda a ser expresso em termos de uma estrutura positivista, as idéias de Bruyn auxiliam no processo contínuo de reflexão.

O tempo é o primeiro dos índices. Muito simplesmente, quanto mais tempo o observador gasta com um grupo, maior a adequação alcançada. Como o "processo" é um foco de interrogação,

É o tempo que freqüentemente nos diz qual é a profundidade do sentimento das pessoas sobre certos temas. É ele que nos diz quanto tempo uma influência externa leva para tornar-se uma parte significativa das vidas das pessoas em uma cultura. Os significados sociais que contam realmente nas vidas delas não podem ser calculados por referência à estrutura de estímulo-resposta limitada temporalmente do experimentalista. As influências culturais têm um período de incubação que exige tempo e proximidade para ser estudado. (Bruyn, 1966, p.207).

Segundo, há o lugar. Concentrar-se nessa dimensão permite ao pesquisador considerar a influência das situações físicas sobre as ações. Ele deve registrar não apenas as interações observadas, mas também o ambiente físico no qual elas acontecem. Terceiro, e relacionado estreitamente a este, estão as circunstâncias sociais. Quanto mais variadas as oportunidades do observador relacionar-se com o grupo, tanto em termos de status, de papel e de atividades, maior será o entendimento dele. Trabalhando sobre o serviço de condicional (May, 1991, 1993), passei tempo com oficiais em prisões, em centros diurnos e diferentes tipos de cortes, o que me permitiu observar o serviço em diferentes situações e o relacionamento entre as ações e os ambientes sociais.

Quarto, há a linguagem. Quanto mais familiarizados os pesquisadores estiverem com a linguagem em uma situação social, mais precisas serão as suas interpretações daquela situação. Bruyn utiliza o termo linguagem no seu "sentido mais amplo" (1966, p.212) para incluir não apenas as palavras e os significados que elas transmitem, mas também as comunicações não-verbais como as expressões faciais e corporais em geral. Conforme os

pesquisadores familiarizam-se com esse aspecto do contexto social, eles aprendem a linguagem da cultura e registram as suas impressões e quais-quer mudanças no seu próprio comportamento: "a linguagem entrelaça sujeito e objeto, criando, expressando e representando a vida e o caráter das pessoas estudadas" (Bruyn, 1966, p.213).

Quinto, há a *intimidade*. Quanto maior o envolvimento pessoal com o grupo e os seus membros, mais o pesquisador é capaz de entender os significados e as ações que eles realizam. Isso não apenas vincula-se com as circunstâncias sociais, mas também provê acesso a um mundo mais privado ou "de bastidores", que fundamenta os comentários de um dos maiores observadores da ação humana, Erving Goffman. Ele diz que o observador pode presenciar comportamentos "de palco" e "de bastidores" das pessoas:

tende a haver uma linguagem comportamental informal ou de bastidores e outra para ocasiões em que está sendo apresentado um desempenho. A primeira consiste no uso mútuo de nomes pessoais, na tomada de decisões cooperativa, na irreverência... A linguagem comportamental de palco pode ser tomada como a ausência (e em certo sentido, o oposto) disso. (Goffman, 1984, p.129)

Finalmente, há o *consenso social*. É por meio dele que o observador é capaz de indicar como os significados na cultura são empregados e compartilhados entre as pessoas. Essa capacidade é claramente auxiliada por expor-se, ao longo do tempo, à cultura e observar sob que condições e em que situações os significados são transmitidos. Isso vincula-se ao que é conhecido no "princípio de verificabilidade", o qual reforça a confiabilidade do estudo. Como Hughes (1976) o descreve, os pesquisadores sociais alcançam o "entendimento" quando sabem as regras da cena social e podem comunicá-las para outra pessoa que poderia, então, "tornar-se um membro do grupo de atores" (Hughes, 1976, p.134). Em outras palavras, não apenas a familiaridade, mas também a capacidade de comunicar para outra pessoa as regras que operam na situação de maneira que ela possa entrar na situação e sentir-se parte dela. É claro, isso é um ideal regulador que os pesquisadores devem visar, não algo que possa ser alcançado como tal facilmente.

Nesta seção, procurei apresentar uma visão geral e uma introdução às questões principais envolvidas no processo de realização da observação participante: desde o papel do pesquisador até o acesso à cena social, à flexibilidade do método e, finalmente, às questões de adequação subjetiva. Durante cada um desses elementos do processo de pesquisa, a questão da flexibilidade foi levantada. Embora isso seja aplicável a todas as formas de

pesquisa, na observação participante em particular, os pesquisadores e as suas experiências e observações são os meios através dos quais os dados são produzidos. Por essa razão, acontece um processo de questionamento constante, seja pela consideração de formulações teóricas explícitas ou pela reflexão sobre as experiências pessoais que formam um componente importante dessas formulações. Vê-las como uma parte central do processo auxilia muito quando se trata da análise final e da redação da pesquisa. Antes de passar para a próxima seção, desejo apenas observar uma questão particular associada à flexibilidade.

Embora seja importante localizar o etnógrafo no centro da pesquisa em termos das suas interpretações, papel e interações, a tendência atual de relatos reflexivos às vezes soa como uma desculpa para indulgências introspectivas. Como observa John Law (1994, p.190), isso pode diminuir o poder do leitor em termos da sua capacidade de engajar-se criticamente com uma representação dos eventos. O que é requerido é um entendimento do contexto e da natureza das interações observadas, *junto com um entendimento do relacionamento entre a observação e a interpretação*. Uma preocupação com a última, embora de importância metodológica clara, pode não fazer justiça ao tema sendo investigado (May, 1999b). Um equilíbrio nos relatos etnográficos permite que o leitor faça conexões e amplie seus entendimentos. Assim, o resultado é um engajamento ativo e crítico.

A ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES

Tanto o conceito de flexibilidade como as vantagens da flexibilidade enfatizam o processo de análise como parte do próprio trabalho de campo. Ao mesmo tempo, foi observado que os pesquisadores também serão constrangidos pela própria situação situação social em estudo, a qual pode limitar as suas capacidades de conduzir análises em profundidade naquele estágio. Portanto, a oportunidade de reflexão sobre as experiências e de uma análise detalhada não pode iniciar até que o pesquisador tenha decidido encerrar a condução de qualquer trabalho de campo mais aprofundado.

Howard Becker (1979a) lista quatro estágios distintos de análise cuja meta geral é a categorização dos dados coletados de modo que os eventos, as relações e as interações observadas possam ser entendidos ou explicados no contexto de uma estrutura teórica desenvolvida. O primeiro dos estágios na direção dessa meta é a "seleção e definição dos problemas, conceitos e índices". Nesse estágio, os pesquisadores procuram os problemas e conceitos na situação de campo que lhes permitam desenvolver o seu entendimento da situação social, determinar os tipos de dados que

podem ser obtidos por esse método e em que medida estão relacionados aos fenômenos sociais observados. Uma vez estabelecidos, os fenômenos observados são colocados em uma estrutura teórica para investigação mais detalhada. Assim, na sua pesquisa sobre estudantes de medicina, Becker e colaboradores (1961) observaram-nos se referindo a pacientes particulares como "cacos". Focalizando as interações entre os estudantes e os pacientes em observações mais aprofundadas, foi desenvolvida uma teoria de como alguns grupos no hospital classificavam outros grupos e por que razões.

Um segundo estágio é conferir a "frequência e distribuição dos fenômenos". Isso significa focar a investigação para ver que eventos "são típicos e disseminados, e como eles são distribuídos entre as categorias de pessoas e subunidades organizacionais" (Becker, 1979a, p.317). É nesse ponto que a distinção entre o trabalho qualitativo e o quantitativo também desvanece (mas não entre a pesquisa boa e a ruim), porque o pesquisador entra na esfera da probabilidade; em outras palavras, qual é a probabilidade de que um dado fenômeno seja freqüente na situação social e por que razão? É possível conferir essas observações através de entrevistas e utilizando dados provenientes, por exemplo, junto com documentos sobre eventos – se disponíveis. Isso possibilita que seja feita uma conferência das observações, mas, como observa Becker, isso nem sempre pode ser possível em campo, então os observadores têm que considerar que podem precisar de outras evidências no estágio final de análise e coletá-las adequadamente. Por exemplo, coletar as atas das reuniões organizacionais e compará-las com as suas anotações sobre as mesmas se estiver observando o processo político em uma organização (May, 1991; May e Landells, 1994; Gray et al., 1999). Não é raro o pesquisador descobrir-se confrontado com uma quantidade enorme de dados, muitos dos quais podem não ter valia nas suas formulações teóricas. Entretanto, é melhor tê-los à sua disposição.

Terceiro, Becker aponta a "construção de modelos de sistemas sociais" como o estágio final da análise "em" campo, o qual "consiste em incorporar as descobertas individuais no modelo generalizado da organização ou sistema social em estudo ou em alguma parte dos mesmos" (Becker, 1979a, p.319). Isso é semelhante em forma ao movimento de Glaser e Strauss (1967) da teoria substantiva para a formal e a necessidade de fazer vínculos mais amplos nos estudos observacionais (Silverman, 1993; Seale, 1999). Em cada situação, pode-se derivar um conceito de teoria substantiva baseada no campo das observações. Ao analisar contextos diferentes, o pesquisador pode passar para uma teoria mais formal composta de categorias abstratas. Darei alguns exemplos.

Glaser e Strauss (1967) estudaram o conceito de perda no caso das enfermeiras tratando de pacientes terminais. Em cada situação, elas expe-

rienciavam compreensivelmente uma perda social que se manifestava de várias maneiras. Entretanto, por sua vez, isso dependia do conceito geral de que valor social era associado aos indivíduos. Então, eles passaram do particular (as experiências observadas de perda social) para o mais geral (como as pessoas associam um valor social umas às outras e como isso afeta suas experiências de perda).

O trabalho de Becker (1963) sobre a utilização da maconha levou a um interesse no processo através do qual as pessoas redefinem as experiências para "neutralizar" o seu status desviante. Contudo, na sua avidez em mostrar o quanto a literatura anterior sobre drogas estava errada, ele ignorou uma questão mais ampla e geral: ou seja, "como as pessoas aprendem a definir as suas próprias experiências internas?" (Becker, 1986, p.148). Esse foco levou a toda uma série de estudos empíricos, levando a uma teoria geral de atividade de auto-identificação. Como esse autor observa, ao utilizar a literatura sobre o tópico para apoiar a geração de teoria, a moral da história é: "Use a literatura, não deixe ela usar você" (Becker, 1986, p.149).

Por fim, a importância de fazer vínculos mais amplos é ilustrada de forma clara pelo estudo de Laurie Graham (1995) sobre linha de produção na Subaru-Isuzu. O enfoque dela é sobre as novas técnicas gerenciais que procuram reforçar a qualidade e, ao fazê-lo, exercem maior controle sobre a força de trabalho. Depois de fornecer relatos ricos e detalhados de trabalho na própria linha de produção, ela situa essas mudanças em uma estrutura maior do que foi denominado a "niponização do trabalho" (Bratton, 1992). Então, essas estratégias são examinadas em termos das habilidades diferenciais que os trabalhadores possuem e das suas capacidades para controlar certos aspectos dessas mudanças gerenciais cuja meta geral é "manipular a experiência social dos trabalhadores na produção" (L. Graham, 1995, p.152).

Além da utilização de literatura anterior, esse método requer a comparação constante dos dados sobre os fenômenos nos quais o pesquisador está interessado. Logo, a investigação triangulada permite uma comparação dos dados de entrevistas, observações, documentos e mesmo de *surveys* (veja Jick, 1979; Whyte, 1984; N. Fielding e J. Fielding, 1986). O ponto importante a lembrar é o nível de generalidade no qual você está operando, pois isso obviamente difere entre a teoria substantiva e a formal:

Ambos os tipos de teoria existem em níveis distinguíveis de generalidade, os quais diferem somente em grau. Portanto, em qualquer estudo, cada tipo de teoria pode se projetar em pontos do outro. Entretanto, o analista precisa focalizar claramente em um nível ou outro, ou em uma combinação específica, porque as estratégias variam para/em cada uma delas. Logo, se o enfoque

é no nível mais alto de generalidade, então deve ser feita uma análise comparativa entre diferentes tipos de casos substantivos e as suas teorias, as quais caem na área formal. (Strauss, 1988, p.242)

A necessidade de fazer comparações entre os casos substantivos para gerar a teoria formal torna ainda mais importante a tarefa de utilizar um método consistente de arquivar anotações, idéias teóricas e fontes secundárias (outros estudos, livros e documentos sobre o tópico).

A utilização de “unidades” vem auxiliar a este e aos outros estágios de análise. As “unidades são as ferramentas para utilizar no escrutínio dos seus dados” (Lofland e Lofland, 1984, p.71). No seu esboço de análise qualitativa, John e Lyn Lofland observam que elas surgem conforme a escala de organização aumenta, e cada uma das novas contém as antigas. Assim, nesse processo de propriedades sociais emergentes, você começa com *significados*, tais como normas culturais e as definições das pessoas sobre as situações e as variações no âmbito das regras da cena social. Então você pode focar sobre as *práticas*, tais como categorias recorrentes da fala e da ação, as quais você considera que tenham relevância analítica. Depois, poderia considerar *episódios*, por exemplo, os notáveis e os dramáticos, tais como os tumultos populares e as doenças súbitas, e então passar para os *contatos* (veja Goffman, 1961), onde duas (ou mais) pessoas na presença uma da outra empenham-se em manter um enfoque único de envolvimento. Embora o modo com que as pessoas “se dão” umas com as outras pareça mundano, também faz parte do tecido social que é observado e digno de atenção por seu próprio mérito.

Então, são úteis as unidades de análise chamadas *papéis*. Aqui, o enfoque dirige-se para os rótulos que as pessoas e as organizações utilizam para organizar as suas próprias atividades e descreverem as dos outros. Como eles são utilizados? Quais são as questões no desempenho de um papel e que dificuldades são encontradas na sua execução? Essas são apenas algumas perguntas a serem feitas. Depois, há os *relacionamentos*. Observando a sugestão de Whyte sobre dividir os dados em termos dos eventos e relacionamentos, deveríamos observar como as pessoas interagem ao longo do tempo. Dos relacionamentos passamos para os *grupos* definidos como aqueles que concebem a si mesmos como uma entidade social (o “nós”), tendo hierarquias, facções e os meios para lidar com circunstâncias pelo suporte e a adaptação mútuos. Como e por que esses acontecem seria um enfoque de estudo dessa unidade social.

A abstração das unidades aumenta com um enfoque sobre as *organizações*. As perguntas a serem feitas nesse ponto e como essa unidade é definida são sumarizadas por John e Lyn Lofland como

Coletividades formadas conscientemente e com metas formais que são perseguidas de um modo mais ou menos planejado. Alguns aspectos principais da análise da organização incluem as circunstâncias da sua formação, como elas recrutam e controlam os membros, os tipos e causas das estratégias de perseguição das metas que adotam e as causas do seu crescimento, mudança e/ou falência. (Lofland e Lofland, 1984, p.87-8)

Continuando com o tema das unidades sociais mais gerais que incluem as anteriores, há os *povoamentos*. Esses estão além da apreensão do observador participante, dada a sua história complexa e natureza abstrata. Eles incluem os contatos, os papéis, os grupos e as organizações em um território definido que desempenha um leque de funções. Um exemplo clássico desse tipo de análise de povoamento seria *A Sociedade da Esquina* (1981, publicado originalmente em 1943) e mais recentemente, “*Groveland*”, de Mary Patillo-McCoy.

Uma unidade social mais geral e abstrata é a dos *mundos sociais* que se manifestam em termos de sistemas modernos de transporte e comunicação provendo os meios para a proliferação e a ascensão de unidades sociais. Entretanto, essas são “entidades esparrramadas, sem formas” (Lofland e Lofland, 1984, p.91) as quais não são redutíveis a nenhuma das outras unidades que elas contêm. Assim, falamos de “mundo dos negócios” ou “mundo da política”. Finalmente, há *estilos de vida* considerados como ajustes globais à vida de um grande número de indivíduos de mentalidade e situações assemelhadas. Aqui, poderíamos considerar as forças sociais que criam, arquitetam ou canalizam os nossos gostos e estruturam as nossas vidas culturais (por exemplo, veja R. Williams, 1981; Williamson, 1987; Bauman e May, 2001).

Cada uma dessas unidades diferentes pode ter perguntas diferentes feitas a seu respeito pelo analista. Entretanto, conforme nos afastamos do que pode ser observado na direção de entidades mais abstratas, também nos afastamos das teorias substantivas na direção das mais formais. Contudo, esse método de análise é muito útil para orientar o pesquisador para os dados que podem, à primeira vista, parecer imanejáveis. É aí que o desenvolvimento de uma estrutura analítica durante o trabalho de campo torna os dados tanto gerenciáveis quanto inteligíveis.

Becker (1979a) observa um estágio final: a retirada de campo para uma análise final e a redação dos resultados. Nesse estágio, poderia haver uma busca de dados que não pareçam representar as suas considerações teóricas emergentes. Se houver, será necessário o seu exame, o seu entendimento e a sua explicação. Ao mesmo tempo, as evidências são coletadas sistematicamente para ilustrar um tema que surge dos dados ou para ilustrar a maneira particular na qual um episódio, contato ou relacionamento

desdobrou-se e as práticas e os significados utilizados pelas pessoas em questão. Isso pode prestar-se a uma análise *seqüencial*, pela qual o desdobramento cronológico de um tópico ou evento é examinado. Retorna-se, desse modo, aos métodos descritos no Capítulo 6 sobre a análise de entrevistas focais.

Além das sugestões de Glaser e Strauss (1967), Becker (1979a), Lofland e Lofland (1984) e Strauss (1988), tem havido uma série de inovações interessantes na análise de dados qualitativos, uma das quais, como observado, emprega programas de computadores para a indexação automática dos dados. Outras têm explorado sistematicamente o relacionamento entre o feminismo e o trabalho de campo (A. Williams, 1990), a utilização de desconstrução em estratégias de pesquisa pós-modernas (Game, 1991; Denzin, 1994), o realismo crítico (Porter, 2002) e a semiótica (Manning, 1987). Este último método enfoca os códigos e sinais utilizados na interação social cuja análise pode ser usada para o entendimento interpretativo das relações humanas e, para o propósito de análise de política, das ações organizacionais. Então, os pesquisadores podem focalizar a relação entre a utilização da linguagem e as ações humanas ou estudar como a linguagem é empregada em determinado contexto social. De um ou outro modo, aquela que é uma área de estudo difícil freqüentemente pode ser utilizada pelos pesquisadores qualitativos em direções novas e interessantes.

Não importa a qualidade com que os dados sejam analisados, os resultados devem ser apresentados e comunicados de maneira que seja tanto persuasiva como bem argumentada e acessível para o público, embora o testemunho e o registro concreto das ações possa causar problemas quando chega a publicação (veja Becker, 1979b). O resultado final do seu trabalho é um texto que tenta persuadir o público da autenticidade das suas descrições e das análises. Nesse sentido, os escritores focalizaram os textos não apenas para relatar uma realidade "lá fora", mas também em termos das suas habilidades para construir a realidade social (P. Atkinson, 1990) no sentido que: "A 'voz' do escritor difunde e situa a análise, e a retórica de distanciamento objetivo é renunciada" (Clifford, 1986, p.12).

Não obstante, admitir a centralidade do emógrafa no processo interpretativo não implica uma abertura automática para o que é denominado "etnografia pós-moderna". Aqui, há uma tentativa de negar qualquer autenticidade para o observador através, por exemplo, da aceitação de que narrativas do pesquisado "falem por si mesmas" (Fontana, 1994). Tal é a multiplicitude de vozes nesse processo que falar em nome de algo que aparentemente não faça justiça a essas diferenças é considerado uma injustiça. Entretanto, como Dorothy Smith (1999, p.128) observa, "é precisamente a multiplicidade de experiências e perspectivas entre as pessoas que é uma condição necessária da verdade".

Ao pensar sobre estas questões, eu gostaria de concluir essa seção com um rápido olhar sobre a redação da etnografia, observando que muitos desses pontos são igualmente aplicáveis a outros métodos.

Redigindo a etnografia

Harry Wolcott (1990) sugere diversos pontos que deve-se ter em mente ao redigir o trabalho de campo. Primeiro, manter o foco sobre o tópico e fazer sempre a pergunta: "Sobre o que é (realmente) este estudo?" (Wolcott, 1990, p.46). Entretanto, não se deixe tomar por uma câibra:

quando você se senta para escrever, já fez muitas escolhas, mas provavelmente não sabe quais foram elas. Naturalmente, isso leva a alguma confusão, a um primeiro rascunho confuso. Mas um primeiro rascunho confuso não é motivo de vergonha. Ao contrário, ele mostra a você quais foram as suas primeiras escolhas, que idéias, pontos de vista teóricos e conclusões com as quais você já havia se comprometido antes de começar a escrever. Sabendo que escreverá muitos outros rascunhos, você sabe que não precisa se preocupar com a falta de lapidação e coerência deste. Este é para *descoberta*, não para *apresentação*. (Becker, 1986, p.17, grifos nossos)

Segundo, Wolcott sugere que os dados devem ser "descartados" quando você vai direto ao tópico. Embora interessante para você, uma longa descrição desconexa de um evento, sem vantagem analítica, pode não ser para o público. Terceiro, se você não tem as evidências para algumas questões, não deixe que isso o abata. Confira os seus materiais e se eles não estão disponíveis, então pouco você pode fazer. Lembre-se, os pesquisadores não podem querer saber tudo! Quarto, a menos que impedido, escreva na primeira pessoa. Não exagere no uso do "eu", mas você estava no centro do palco nesse método de produção de dados, e a reflexibilidade e a biografia são uma parte legítima da sua prática. Quinto, Wolcott (1990, p.47) sugere escrever no tempo pretérito para evitar a utilização dos tempos presente e pretérito juntos. Sexto, para ilustrar pontos analíticos, utilize casos específicos das anotações de campo. Isso é parte da noção de "descrição densa" de Clifford Geertz (1973a), pois alinha a estrutura analítica com a imaginação do leitor e a descrição dos relacionamentos das pessoas e dos eventos observados. Sétimo, considere o público para quem você está escrevendo. A sugestão de Wolcott é escrever para aqueles que sabem pouco sobre a sua área de estudo. Essa é uma boa disciplina, pois permite um grau de acessibilidade geral a diversas áreas acadêmicas e é particularmente importante ao considerar

a ação ou a pesquisa de avaliação em benefício de uma organização a que você tem de se reportar.

Finalmente, há a brevidade da sua redação. Embora seja importante escrever primeiro e não apenas "certo", a arte da redação continua de importância central. As correções, adições, revisões e edições do texto são parte do processo de redação através do qual todos têm que passar (Becker, 1986). Novamente, sempre pode se pedir a opinião de um amigo versado no tema ou a ajuda de um supervisor em caso de dúvida.

Também tem havido muitos textos sobre o papel do autor no processo de redação. Como observei em outros lugares (May, 1998a; 1999b), embora a flexibilidade do autor seja uma dimensão importante para o processo de pesquisa, ela não pode servir como justificativa para a indulgência introspectiva. Podemos admitir que o etnógrafo esteja implicado nesse processo como Amanda Coffey (1999) esclarece na sua discussão sobre o "eu etnográfico", mas, ao mesmo tempo, é lembrada a antiga história de uma conversa entre um pesquisador de campo e um respondente. Claramente exasperado por causa das referências contínuas do primeiro à sua própria biografia, o respondente finalmente despejou: "Será que podíamos falar menos sobre você e mais sobre nós?". Afinal, o valor da pesquisa social é julgado em termos de: "o que isso nos diz sobre aqueles sendo estudados, não apenas o que nos revela sobre o cientista social" (Fay, 1996, p.217).

QUESTÕES NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Como no Capítulo 6 sobre as entrevistas, caracterizei o método da observação participante como não sendo a área de uma escola de pensamento e, de novo, ao fazê-lo antecipei-me a algumas das críticas que são feitas por uma perspectiva sobre a prática e por outra perspectiva sobre a teoria normalmente associada à observação participante. Os pesquisadores interacionistas focalizam a operação das regras na interação social, mas não sobre como essas regras são formuladas pelas pessoas no contexto e assim são criticados por pressuporem a sua existência. Todavia, observei que o modo como as regras são formuladas, negociadas e empregadas na interação é uma área legítima de investigação para a observação. Feita essa consideração, as idéias que informam o "naturalismo" são dignas de exame profundo, pois com frequência são aparentes, em vários aspectos, no processo e produção da pesquisa etnográfica. Em particular, Martyn Hammersley (1990b, 1990c, 1992) voltou a sua atenção para os problemas do naturalismo e os da etnografia em geral.

Como observado em relação às entrevistas, a idéia do desengajamento para produzir "dados imaculados" é bastante mítica e baseia-se em uma

visão particular do "procedimento científico" desafiado pelas feministas, pelos pós-modernistas e por aqueles que enfatizam geralmente a importância da reflexividade no processo de pesquisa. O naturalismo, embora diferente na história e nas metas, com frequência é traduzido como positivismo por se concentrar na produção de dados sobre o mundo social cuja validade é baseada em ser "imaculada" pelo meio da sua coleta. Daí uma grande quantidade de material sobre a observação é devotada à "reatividade", à "tornar-se nativo" e assim por diante. Por outro lado, o naturalismo enfoca a vida social como um processo em contraste direto com a visão positivista. Dado esse estado de "fluxo", os critérios positivistas de ser capaz de replicar um estudo para justificar o seu status científico tornam-se problemáticos (veja Marshall e Rossman, 1989).

As questões que cercam a produção de dados mediada pelo pesquisador não são peculiares à observação, mas como ela se baseia muito nas capacidades de observação e seleção do pesquisador, então é diretamente dependente das suas habilidades. É possível que os pesquisadores venham a omitir todo um leque de dados para confirmar as suas próprias crenças preestabelecidas, deixando o método aberto para a acusação de viés. Ademais a observação de situações em pequena escala deixa-o aberto para a acusação de que as suas descobertas são locais, específicas e não-generalizáveis: falta-lhe validade externa. Isso pode ser desafiado argumentando-se que a cena social observada é "típica", adotando-se a perspectiva do realismo e examinando os mecanismos geradores da interação humana (Porter, 1993, no prelo), ou através da utilização de uma variedade de fontes de dados. Entretanto, sobre o último ponto, as prescrições originais de Denzin (1978) para a triangulação de métodos, dados, investigações e teorias com frequência soam como um desejo positivista de mediar entre as fontes de dados na busca de alguma "verdade" sobre o mundo social independente das interpretações e criações das pessoas:

Ironicamente, subjacente à essa sugestão, há, novamente, elementos de uma estrutura de referência positivista que supõe uma realidade (indefinida) singular e trata os relatos como mapeamentos múltiplos dessa realidade. (Silverman, 1985, p.105)

Norman Denzin (1988, 1994) não subscreveria mais a essas visões. Todavia, isso não diminui a questão de que a separação estrita entre fato e valor que é encontrada nas versões do naturalismo é altamente problemática. Na prática concreta desse método (como observado no Capítulo 1), as pesquisadoras feministas argumentaram que as mulheres podem ver o mundo social de um ponto mais estratégico, dada a exclusão delas da sua

maneira dominante de trabalhar (Smith, 1988), embora os profissionais da etnografia tenham observado como ele freqüentemente "incorpora perspectivas masculinas implicitamente" (P. Atkinson, 1990, p.148).

Os realistas, embora utilizando esse método, também criticaram a idéia de que podemos observar os eventos ou relacionamentos livres de teorias ou conceitos. Assim, qualquer distinção entre a teoria por um lado e os dados empíricos através da observação neutra por outro, deve ser contestada, pois mediamos as nossas observações através de conceitos adquiridos na vida cotidiana (Sayer, 1992). A diferença entre as situações "naturais" e "artificiais" como pressupostas pelo naturalismo devem, portanto, ser fortemente questionadas. A reflexividade, a biografia e a teoria resistem no coração da prática de pesquisa em geral e da etnografia em particular. Essa ênfase reconhece que somos parte do mundo que estudamos, que trazemos para qualquer situação as nossas próprias experiências, que há uma interação constante entre a teoria e os dados, e que essas questões não podem ser separadas umas das outras.

Além dessas suposições do naturalismo, dos problemas de validade externa e de um viés masculino na sua prática, a observação participante tem, na fala de uma frase melhor, limitações práticas. Ela demanda que os pesquisadores despendam tempo com grupos de pessoas relativamente pequenos para entender completamente o meio social no qual elas habitam. Hammersley e Atkinson, embora defensores desse método, observam que "em contraste com a *survey social*, ele é fraco no tratamento de casos de larga escala como grandes organizações ou sociedades nacionais" (Hammersley e Atkinson, 1983, p.237).

Novamente, ficamos com um único método como sendo a resposta para todos os problemas metodológicos da pesquisa social. A utilização de um método ou combinação de métodos dependerá da meta da nossa pesquisa, das dificuldades práticas que são enfrentadas no campo e do tempo e dinheiro disponíveis para conduzir a pesquisa em primeiro lugar. A sua execução bem-sucedida depende das habilidades dos pesquisadores e do seu entendimento sobre as questões que informam a prática de pesquisa. Nisso não há uma escolha entre ver a etnografia como um reflexo neutro e preciso de um meio social por um lado e um trabalho de ficção por outro. Em contraste, o etnógrafo reflexivo considera os métodos por meio dos quais as interpretações deles são construídas e utilizará os recursos culturais à sua disposição. Afinal:

Não há benefícios na agonia acadêmica sobre a epistemologia e a metodologia, ou em sofrer golpes e flechadas da coleta de dados, somente para não ter uma consciência disciplinada dos meios disponíveis para relatar esses esforços. (Hammersley e Atkinson, 1995, p.243)

PESQUISA DE ESTUDO DE CASO

Neste ponto, desejo observar as semelhanças e diferenças entre a observação participante e a pesquisa de estudo de caso. Por exemplo, a observação participante pode ser empregada em estudos de caso. Como resultado, encontramos uma sobreposição nas definições entre estas e as etnografias, pois muitos casos das últimas poderiam ser considerados como exemplos das primeiras. Observado isso, os estudos de casos poderiam ser baseados tanto nos métodos qualitativos quanto nos quantitativos (por exemplo, veja Laub e Simpson, 1998; Bertaux e Delcroix, 2000).

Uma definição de estudos de caso poderia ser ilustrada desta forma:

Se escolhemos estudar um grupo de crianças em uma sala de aula, médicos e enfermeiras em uma ala de emergência e acidentes, trabalhadores em uma oficina de máquinas particular ou ramo sindical ou pessoas que trabalham em uma organização como a BBC, a maioria dos cientistas sociais pensaria nisso como um estudo de caso, e a utilização de um tal plano de pesquisa requer que justifiquemos a escolha de grupo e local. (Bechhofer e Paterson, 2000, p.46)

Podemos ver uma mistura de métodos em numerosos estudos que buscam fornecer não apenas um relato contemporâneo da vida social através de técnicas qualitativas, mas também entendê-las em termos da história que informa as narrativas dos respondentes. Assim, o estudo de caso de Simon Charlesworth (2000) da experiência da classe trabalhadora em Rotherham (uma cidade em South Yorkshire, Inglaterra) fornece uma história de transformações que inclui estatísticas demográficas e industriais analisadas por fatores como gênero e ocupação. Então, ele passa a transmitir, através da observação, um sentido de lugar para fornecer uma base mais aprofundada para situar os dados das entrevistas:

O centro da cidade sempre parece estar movimentado e dando uma volta por Rotherham vê-se as mesmas pessoas, especialmente rapazes, vagando com nada para fazer ou aonde ir. O lugar parece estar sempre sujo e barulhento, com uma preponderância de casas de cachorros, mantidos para segurança, mas freqüentemente amarrados, mal-cuidados, os quais mostram o seu desconforto pela manhã, tarde e noite latindo de forma inconsolável. (Charlesworth, 2000, p.55-6)

Você pode ver a mesma utilização de uma variedade de métodos para transmitir a riqueza da vida cotidiana em muitos estudos de caso. Robert Yin (1994, p.80) sugere que há seis fontes de evidência na pesquisa de

estudos de caso, cada uma com os seus pontos fortes e fragilidades. São elas: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Entretanto, não há razão por que os estudos de caso não possam incluir dados quantitativos obtidos através de questionários. Portanto, é importante não fundir a etnografia e os métodos qualitativos com os estudos de caso, os quais também estão associados com a pesquisa de avaliação. Aqui, ao envolver-se em um programa de avaliação, o pesquisador de estudo de caso escolherá modos de interpretação que permitam que "os pontos fortes e fragilidades, sucessos e fracassos do programa" (Stake, 1995, p.96) tornem-se aparentes. Não obstante, nem todos os estudos de caso são avaliativos no sentido de procurar determinar a efetividade de políticas ou programas de intervenção particulares.

Observadas as diferenças, podem ser selecionados casos de acordo com as necessidades conduzidas pelo patrocinador da pesquisa. Também pode ser argumentado que elas são "típicas" em algum sentido ou mesmo tomadas como "críticas" naquilo em que são diferentes, e o seu exame iluminaria não apenas a dinâmica que informa aquelas diferenças, mas também elevaria a sensibilidade na direção do que é tomado como "normal" em outros casos. Então pode ser aguçada uma consciência das questões que pode ter sido negligenciada em outros estudos, ou através do emprego de métodos particulares sem a devida consideração das suas limitações.

RESUMO

A observação participante diz respeito ao engajamento na cena social, experienciando e procurando entendê-la e explicá-la. O pesquisador é o meio através do qual isso acontece. Escutando e vivenciando, as impressões são formadas e as teorias consideradas, refletidas, desenvolvidas e modificadas. A observação participante não é um método fácil de utilizar ou analisar, mas a despeito dos argumentos dos seus críticos, é um estudo disciplinado e sistemático que, se bem realizado, auxilia muito no entendimento das ações humanas e traz consigo novas maneiras de ver o mundo social.

Como foi mencionado, a observação e a observação participante podem ser utilizadas na pesquisa de estudo de casos. Incluído nos vários métodos que podem ser empregados com esse propósito estava o uso de fontes documentais. É para um estudo dessas fontes e o seu lugar na pesquisa social que me volto agora.